

POLÍTICA “LINHA-DURA” ACELERA A EXPANSÃO DO CRIME ORGANIZADO

Fausto Salvadori Filho
Jornalista



A política de segurança pública do PSDB sofreu uma reviravolta com a morte de Covas e a posse de Alckmin. Saíram de cena os programas de controle da violência policial. Na gestão do secretário Saulo de Abreu o número de mortos pela PM explodiu, mas a linha-dura não impediu que o Governo estadual virasse refém do crime organizado. A retaliação da PM à onda de ataques de maio de 2006 resultou numa chacina de “suspeitos” e inocentes e aterrorizou os moradores das periferias



Agência Estado

Operação que executou 12 na rodovia Castelinho, em 2002, assinala virada na política de segurança

Modificar a natureza truculenta da polícia paulista — especialmente da Polícia Militar, conhecida internacionalmente após o massacre de 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992 — foi uma das principais metas da política de segurança pública da primeira fase do governo tucano, liderada por Mário Covas. Com a morte de Covas, em 6 de março de 2001, as medidas criadas para controlar a violência policial acabaram sepultadas com ele. Na segunda fase do governo do PSDB, o tucano virou ave de rapina. O número de civis mortos pela polícia explodiu. Pior ainda: episódios de matança policial passaram a ser valorizados como arma de propaganda política.

Mas, no fim das contas, nem toda a linha dura da gestão Geraldo Alckmin-Cláudio Lembo conseguiu impedir que o Estado se tornasse refém do crime organizado.

A execução de 12 criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) numa emboscada montada pela Polícia Militar na rodovia Castelinho, um ano após a morte de Covas, foi o marco inicial da gestão do ex-promotor público Saulo de Abreu Castro Filho como secretário da Segurança Pública do período Alckmin. Seguindo na trilha de cadáveres aberta pela Castelinho, Saulo fechou as portas à sociedade civil e eliminou os controles da violência policial que haviam sido criados pelos secretários anteriores, José Afonso da Silva (1995-1998) e Marco Vinício Petrelluzzi (1999-2002).

O advogado constitucionalista José Afonso avalia, hoje, que a gestão Alckmin eliminou o projeto de uma polícia democrática que Covas havia tentado implantar. “A nossa era uma política de segurança democrática, o que significava, em primeiro lugar, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. A política do Saulo tomou outro rumo, especialmente no que tange à ação da Polícia Militar”, compara José Afonso. “Havia uma orientação anterior de que o policial deveria matar os delinquentes. Em nosso período implantamos uma orientação diversa, instruindo os policiais a prender os suspeitos e levá-los a julgamento”, afirma Afonso, relatando a mentalidade assassina que encontrou na polícia. “Acho que [na fase Alckmin] essa orientação [de matar] voltou a ser tal como era antes.”

Ao assumir o Governo, em 1995, uma das primeiras ações de Covas foi a instalação da Ouvidoria da Polícia, primeiro órgão autônomo criado no Brasil para fiscalizar a ação policial. Outra medida foi a implantação do Programa de Acompanhamento para Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (Proar), que obrigava os policiais envolvidos em homicídio de suspeitos a se afastarem do serviço de rua por dois meses, período em que passavam por acompanhamento psicológico e reciclagem profissional. “Polícia não é para matar”, justifica o ex-secretário Afonso. “O policial que matou a primeira vez, mesmo que em legítima defesa, vai começar a matar sem necessidade

se não receber um tratamento adequado.”

A gestão Covas também instituiu uma comissão de combate à letalidade policial, com representantes de movimentos sociais, e tornou obrigatório o exame resíduo gráfico (para detectar restos de pólvora) de policiais envolvidos em crimes de morte. Em 1997, foi criado o Programa Estadual de Direitos Humanos, nunca mais atualizado desde então. Um bem-sucedido projeto da sociedade civil, o Disque-Denúncia, criado pelo Instituto São Paulo contra a Violência, foi acolhido pelo governo em 2000 e, nos quatro anos seguintes, ajudou a polícia a libertar 46 vítimas de seqüestro.

Ainda na gestão Covas, iniciou-se a implantação de medidas na área de inteligência que receberam continuidade na fase Alckmin, como a mudança organizacional que fez coincidir as áreas das companhias da Polícia Militar com as delegacias da Polícia Civil, a implantação do Infocrim — um banco de dados *online* com estatísticas criminais permanentemente atualizadas — e a redistribuição dos efetivos policiais, que passaram a ser deslocados para as áreas mais problemáticas. “Tudo o que foi feito de positivo na política de segurança do PSDB aconteceu no começo, com os dois primeiros



José Afonso da Silva, ex-secretário de Segurança Pública

secretários. Com o terceiro, houve um retrocesso”, avalia Guaracy Mingardi, diretor-científico do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentemente (Ilanud).

“O governo Covas foi um período de muitas conquistas da sociedade civil, depois de governos que não tinham nenhum discurso na área de direitos humanos”, afirma o deputado estadual Renato Simões (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa entre 1996 e 2004. “Quando Saulo assume, a situação se degenera.”

Agência Estado

**Enterro de policial assassinado**

Saulo passou a controlar a informação, proibindo o acesso da imprensa a documentos públicos e entrevistas de presos. “Foi criado um bunker em relação à notícia”, diz o jornalista André Caramante

Quando assumiu o Governo, em março de 2001, o governador Alckmin abandonou nas questões de segurança a imagem de católico bom-moço e passou a adotar uma retórica violenta. “Em São Paulo, bandido tem dois destinos: prisão ou caixão”, foi uma das frases disparadas por ele. “Talvez, num certo momento, Alckmin tenha adotado uma postura mais próxima do Maluf do que do Covas na matéria de segurança”, reconhece José Afonso.

O estilo “Charles Bronson de Pindamonhangaba” era uma resposta ao medo da violência que dominava a opinião pública na época. Embora os homicídios estivessem caindo desde 1999, a opinião pública permanecia dominada pelo impacto de crimes como o seqüestro do publicitário Washington Olivetto, o assassinato do prefeito Celso Daniel e a primeira grande demonstração de força do PCC — a megarrebelião de 29 unidades prisionais em 18 de fevereiro de 2001.

Para tentar conquistar a opinião pública, a gestão Alckmin-Saulo adotou o controle da informação como uma peça importante da política de segurança. Com a colaboração de Nizan Guanaes e de outros marqueteiros tucanos, o governo criou um plano de comunicação para reforçar a idéia de guerra contra o crime, no “velho estilo do bem contra o mal” (“Secretário defende ‘operação de guerra’”, *Folha de S. Paulo*, 11 de março de

2002). Para encarnar a contento o papel do bem, a Secretaria da Segurança Pública começou a barrar o acesso dos jornalistas a todas as fontes que não fossem a sua assessoria de imprensa.

“Foi criado um *bunker* em relação à notícia que diz respeito à segurança pública”, afirma o jornalista André Caramante, repórter da *Folha de S. Paulo*, para quem Saulo “comete todos os dias um atentado contra a liberdade de imprensa”. “Ele contratou uma assessoria de imprensa fortíssima, com vários jornalistas, maior do que algumas redações de jornais do interior, só para poder impedir que a notícia circulasse.”

O acesso da imprensa a boletins de ocorrência e outros documentos públicos nas delegacias foi proibido. Todas as informações sobre ocorrências policiais passaram a ser fornecidas exclusivamente pelo atendimento telefônico da assessoria de imprensa. Autoridades policiais foram proibidas de dar entrevistas sem o consentimento e a orientação da Secretaria da Segurança Pública. Para garantir o monopólio da informação, o Governo proibiu que suspeitos presos dessem entrevistas, impossibilitando os jornalistas de atender ao preceito básico de publicar todos os lados de uma história.

A blindagem também afetou a *Revista Adusp* na apuração desta matéria. A reportagem enviou por e-mail várias perguntas à assessoria de imprensa da Secretaria, que, depois de uma semana de insistência, limitou-se a dizer que é “cedo”

para fazer um balanço do trabalho do órgão. Por telefone, o assessor respondeu rapidamente a algumas perguntas pontuais. Sem citar números, mencionou a Via Rápida como exemplo de atuação efetiva contra os abusos policiais e o Disque-Denúncia como exemplo de “abertura” da gestão Saulo à sociedade civil, e se recusou a responder perguntas sobre o caso Castelinho. Quando questionado sobre outros pontos da reportagem, o assessor disse que precisava desligar e que telefonaria depois.

A blindagem se estendeu a outros setores da Segurança Pública. O padre Günther Zgubic, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, conta que a entidade tem permissão para entrar em todas as unidades prisionais do Estado a qualquer momento, exceto naquelas que permanecem sob controle da Segurança Pública. “Nas unidades comandadas pelo Saulo a Pastoral não entra”, compara.

“Saulo é o secretário mais autoritário da história da Secretaria da Segurança Pública, incluindo aí o período da Ditadura Militar”, afirma promotor que investigou Castelinho

“Saulo simplesmente fechou as portas para a sociedade civil. Ele se recusa a ter qualquer tipo de contato com qualquer coisa que lembre democracia e direitos humanos”,

O ESTADO EMPAREDADO PELO PCC

Não é de surpreender que as ações violentas da polícia paulista, como a Castelinho, desvinculadas de um trabalho coordenado de inteligência e prevenção, tenham sido inúteis contra o Primeiro Comando da Capital. A violência ilegal do Estado foi justamente uma das causas que levou ao surgimento do PCC. A facção foi criada em 1993 no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, o Piranhão, como uma reação às práticas de tortura sistemática da unidade e ao massacre do Carandiru, ocorrido no ano anterior. Tanto que Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, uma das principais lideranças da facção, assassinado em 2001, chegou a dizer para Ismael Pedrosa, que dirigia o Piranhão em 1993 (e a Casa de Detenção na época do massacre): “O PCC foi criado por nove pessoas: oito presos e o senhor”. O diálogo consta do livro de Josmar Jozino, *Cobras e Lagartos*.

As torturas e espancamentos nas unidades prisionais foram combatidos na gestão de Nagashi Furukawa na Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) — que é elogiada pelos movimentos de direitos humanos por sua abertura à sociedade civil. A saída de Furukawa do Governo, em maio, após perder a queda de braço com Saulo Abreu, revela muito da mentalidade que domina o Palácio dos Bandeirantes.

A criação de uma Ouvidoria, ainda que sem independência formal em relação à SAP, e a permissão de acesso às entidades

religiosas, ajudaram a diminuir os abusos: os casos comprovados de tortura caíram 80% entre o primeiro trimestre de 2003 e o de 2006. A criação de 67 mil novas vagas em unidades prisionais, entre 1995 e 2005 (contra 18.770 criadas nos 50 anos anteriores ao governo tucano), ajudou o governo Alckmin a cumprir a velha promessa de desativar a Casa de Detenção e a maioria das carceragens da capital, mas não eliminou a superlotação: em maio deste ano, havia 124.498 presos nas 144 unidades prisionais, para uma capacidade de 95.645. “A polícia está prendendo mais e o Judiciário soltando menos”, justifica a assessoria de imprensa da SAP. Atualmente 13 mil pedidos de benefícios, como livramento condicional e regime aberto, aguardam apreciação judicial.

No combate ao crime organizado, porém, a SAP demonstrou a mesma incapacidade do restante do Governo tucano. Na tentativa de desarticular o movimento, o órgão acabou sendo diretamente responsável pela expansão do PCC, ao espalhar suas lideranças por várias penitenciárias, inclusive de outros Estados. Na prática, a medida equivaleu a espalhar pelo país embaixadores do PCC, que instalavam células da facção onde chegavam. Com o tempo, as diversas facções tornaram-se instâncias de poder dentro dos presídios, com as quais administrações passaram a negociar. “Nos presídios dominados pelo PCC, o diretor

tem sempre que discutir as medidas administrativas mais importantes com o ‘piloto’ do Partido”, afirmou um funcionário do sistema prisional ouvido pela reportagem.

“Se as facções tivessem esse poder de mando e desmando sobre os servidores do Estado, todos os presos estariam na rua. É inegável o crescimento das facções, mas também são incontestáveis as atitudes do Estado em relação à sua atuação”, rebate a assessoria de imprensa da SAP.



Superlotação dos presídios é o pano de fundo das rebeliões

Agência Estado

“Uma massa de excluídos começa a existir quando passam a pertencer ao grupo. Antes invisíveis para a sociedade, agora têm força suficiente para dizer ao Estado o que querem”, diz assessor da Pastoral Carcerária sobre as facções

José Jesus Filho, assessor judiciário da Pastoral Carcerária, considera que as más condições dos presídios também estimularam o fortalecimento do PCC junto à massa carcerária, na medida em que a facção se legitimava como “representante” das reivindicações dos presos e, no vácuo do Estado, ajudou a colocar ordem nos presídios. “A arbitrariedade entre os presos diminuiu, porque o PCC controla as agressões entre eles”, afirma. Segundo ele, o crime organizado dá ao criminoso uma sensação de reconhecimento que ele nunca

havia recebido do restante da sociedade. “Uma massa de excluídos começa a existir quando passam a pertencer ao grupo. Eles, que eram invisíveis para a sociedade, agora têm força suficiente para dizer ao Estado o que querem”, afirma.

Como outras facções surgidas nas prisões, a exemplo da Camorra italiana e do Comando Vermelho carioca, o PCC logo espalhou sua influência para além das grades e passou a dominar boa parte do tráfico de drogas no Estado. Na esteira do enfraquecimento do CV, tornou-se a principal facção criminosa do país.

A polícia adotou várias ofensivas contra o PCC, algumas até dentro da lei. A principal se deu em 2002: a partir de informações obtidas mediante a delação premiada de dissidentes da facção, o Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) conseguiu submeter as lideranças do grupo ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no presídio de Presidente Bernardes, tido como o mais seguro do país. Criado por Furukawa, o RDD causa polêmica entre juristas, pois mantém o preso

isolado na cela 22 horas por dia, sem contato com outras pessoas. Nem mesmo esse regime, contudo, conseguiu impedir que as lideranças do PCC continuassem a comandar a facção de dentro dos presídios, como se veria mais tarde.

As declarações feitas na época pelo diretor do Deic, delegado Godofredo Bittencourt, deixam claro que a polícia não sabia com o que estava lidando. Para ele, o PCC havia se tornado “uma organização falida e desmantelada”. “Se o PCC tinha uma boca cheia de dentes, agora tem um dentinho ali e outro lá. Não morde mais ninguém”, afirmou.

A frase comprova a opinião do pesquisador Guaracy Mingardi, do Ilanud, para quem a polícia paulista só adota uma postura “reativa” em relação ao crime, com pouca capacidade de prevenção. Em 2003, o PCC executou mais de 45 ataques contra forças da segurança no Estado de São Paulo e assassinou o juiz-corregedor Antonio José Machado Dias. Três anos depois, a mesma organização falida e banguela faria 10 milhões de paulistanos se trancarem assustados dentro de casa.



Agência Estado



Policial Civil monta guarda no IML: tensão

Corpos lotaram as dependências do IML

ataca o promotor Carlos Cardoso, assessor de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo. “É o secretário da Segurança mais autoritário e arrogante da história da Secretaria da Segurança Pública, incluindo aí o período da Ditadura Militar”.

Cardoso investigou a operação Castelinho, detonada em 5 de março de 2002, um mês após Saulo assumir o cargo. Na época, o Governo apresentou o massacre como uma operação policial exemplar: 12 bandidos fortemente armados, que haviam mobilizado um ônibus e duas caminhonetes para roubar um avião pagador em Sorocaba, encontram-se no meio do caminho com a PM, que já sabia do roubo graças a um meticuloso trabalho de inteligência. Os bandidos atiram, os PMs revidam e matam (para não morrer) 12 inimigos da sociedade. Uma ação edificante — se fosse verdade.

A cúpula do Governo apoiou o massacre com entusiasmo, a ponto de utilizá-lo como bandeira política

naquele ano eleitoral. “Um primor de operação”, saudou Saulo. “A polícia venceu mais uma batalha”, congratulou-se Alckmin. A Castelinho revelou-se um sucesso de crítica e de público. O *Jornal da Tarde* publicou uma página inteira só com cartas de leitores elogiosas à chacina, e mesmo articulistas como Clóvis Rossi apoiaram a ação (“A guerra e os mortos”, *Folha de S. Paulo*, 12 de março de 2002).

A armação acabou desmontada pelas investigações do Ministério Público. Os promotores concluíram que os criminosos do PCC foram atraídos a uma emboscada armada por policiais do Grupo de Repressão e Análise a Delitos de Intolerância (Gradi), que recrutaram bandidos “de confiança” com a missão de convencer os colegas a roubar um avião pagador que nunca existira. A estratégia do Gradi de retirar ilegalmente bandidos dos presídios para infiltrá-los em investigações contra o PCC, com a conivência do Judiciário, começou em 2001 (ainda no período Petrelu-

zzi, portanto) e já havia provocado mortes dos próprios infiltrados, em operações atrapalhadas. No caso da Castelinho, os bandidos infiltrados forneceram aos demais até o armamento que seria usado no suposto roubo, sem revelar que a munição era de festim. No dia combinado, policiais militares cercaram o grupo na rodovia e executaram os 12 criminosos sem chance de defesa com 61 tiros, a maioria na cabeça — conforme relatório elaborado a pedido do advogado e ex-promotor público Hélio Bicudo, representante no Brasil da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

“A Operação Castelinho foi a maior farsa já protagonizada pela polícia de São Paulo”, afirma Cardoso. O Ministério Público denunciou pelo crime 53 policiais, que ainda aguardam julgamento. Os comandantes e os delegados envolvidos na montagem da operação foram promovidos e hoje ocupam cargos no primeiro escalão da Segurança Pública — como demonstra Josmar Jozino no livro *Cobras e*



Sepultamento de "suspeitos" mortos pela PM

Lagartos (Objetiva, 2005).

Além de elogiar publicamente a brutalidade policial, a gestão Saulo eliminou a comissão de letalidade e o Proar — que acabou substituído por um certo Programa de Apoio ao Policial Militar (PAPM), descrito pelos especialistas como pró-forma, criado para atender a pressões internacionais. “O Proar era um avanço extraordinário, mas foi praticamente extinto e não tem mais nada da estrutura que tinha anteriormente”, aponta o coronel reformado da PM José Vicente da Silva, membro associado do Instituto Fernando Braudel e coordenador de planejamento da Secretaria da Segurança durante a gestão José Afonso. Já a comissão de letalidade deixou de se reunir e só seria retomada discretamente no final de 2005, segundo o ouvidor da polícia Antonio Funari.

Um ponto positivo foi a implantação da Via Rápida, destinada a agilizar os processos contra policiais nas Corregedorias. Segundo dados da Ouvidoria, houve um aumento

do número de policiais expulsos ou demitidos: de 526 em 2002 para 878 em 2003. No ano passado, o número foi 427, o menor nos últimos cinco anos. A Via Rápida, porém, não alterou a estrutura das corregedorias, que continuam subordinadas às cúpulas policiais — o que ajuda a explicar por que violações tão óbvias, como a do caso Castelinho, não foram investigadas pela polícia, mas pelo Ministério Público.

Na mesma época, a gestão Saulo também passou a mover um boicote contra o trabalho da Ouvidoria da Polícia, segundo o então ouvidor Fermino Fecchio, que deixou o cargo em 2003. Alckmin chegou a convidar o ouvidor pioneiro do período Covas, Benedito Mariano, para reassumir a função no lugar de Fecchio, mas ele recusou. “Eu acompanhava o trabalho dos ouvidores e sabia que meu trabalho não teria o mesmo apoio do governador que eu havia recebido na época de Covas”, explicou Mariano à *Revista Adusp*. O atual ouvidor, Antonio Funari Filho, diz que não há boi-

cote da Segurança e que a Ouvidoria conta com o “estritamente necessário para funcionar”.

Em 2003, a polícia matou mais do que a soma dos três primeiros anos do governo Covas. No mesmo ano, o Ministério Público denunciou grupos de extermínio formados por policiais em Ribeirão Preto e Guarulhos

A soma de tudo resultou que, mesmo com a criminalidade em queda, a violência policial explodiu e chegou ao auge em 2003, quando a polícia matou 915 pessoas — mais do que a soma dos três primeiros anos do governo Covas.

A esta altura, o Governo constatou que a produção de cadáveres já não fazia tanto sucesso junto à opinião

pública, atingida pelas denúncias do Ministério Público sobre a existência de grupos de extermínio formados por policiais em Ribeirão Preto e Guarulhos, em 2003, e pela morte do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, em 2004. Negro, Flávio havia sido confundido com um ladrão e assassinado por PMs, que “plantaram” uma arma junto ao seu corpo para simular uma troca de tiros. Nos dois anos seguintes, o número de mortos pela polícia voltou a cair: foram 663 em 2004 e 329 em 2005.

Nem mesmo toda a linha-dura do período Saulo, contudo, conseguiu impedir a expansão vertiginosa do PCC dentro e fora do Estado de São Paulo (vide p.70). Na segunda semana de maio, a facção desferiu o pior ataque do crime organizado contra o Estado brasileiro: foram cerca de 300 atentados contra policiais, ônibus e agências bancárias. No dia 15, o medo impôs um toque de recolher informal que fez os moradores de São Paulo, capital, saírem mais cedo do trabalho para se trancarem dentro de casa.

Na ocasião, Saulo de Castro afirmou que a Secretaria da Segurança Pública tinha conhecimento antecipado dos ataques e que os policiais foram avisados, atribuindo o número elevado de mortes a policiais que não levaram a advertência a sério. A Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar contestou o secretário, afirmando que o alerta geral para a polícia só veio depois das primeiras mortes.

Em três dias, o PCC matou mais de 45 pessoas: 30 policiais (inclusive um bombeiro), três guardas municipais, oito agentes de segurança

QUEDA DOS HOMICÍDIOS: MÉRITO DO

Os governos do PSDB conquistaram vitórias impressionantes na redução dos índices de criminalidade, segundo todas as estatísticas, e não apenas as da Segurança Pública. Um estudo da Unesco apontou uma redução de 45% nos homicídios entre 2001 e 2004, revertendo uma tendência de crescimento médio de 8% ao ano, registrado entre 1993 e 1999. No Jardim Ângela, bairro classificado pela ONU como o mais violento do mundo em 1996, o número de homicídios caiu de 309 em 2001 para 172 em 2004, segundo a Fundação Seade.

Os homicídios caíram em todo o país, mas numa proporção bem menor. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada neste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica, mostrou queda de 7% nos homicídios entre 2003 e 2004.

“O Estado de São Paulo passou pelo que eu considero um dos três maiores fenômenos de redução de violência dos últimos 20 anos no mundo, ao lado de Nova Iorque e de algumas cidades da Colômbia, como Bogotá e Cali”, afirma José Vicente da Silva, coronel reformado da PM. “Temos hoje por volta de oito homicídios por dia na cidade de São Paulo, menos da metade do que tínhamos há 20 anos, apesar do crescimento da população”.

Vicente credita o mérito pela queda dos homicídios ao governo tucano, especialmente à fase Alckmin, que soube “dar prioridade à segurança”, fazendo triplicar o orçamento destinado ao setor, de R\$ 2,658 bilhões em 1999 para R\$

penitenciária e quatro civis. Muitos mais foram mortos na reação policial: segundo admite o próprio Governo, na mesma semana 109 pessoas foram mortas pela PM. No primeiro semestre de 2006, a polícia matou 328 pessoas, praticamente o mesmo número de mortos em todo o ano de 2005. Mesmo após várias denúncias de abusos, a Polícia Militar continuou a afirmar que todas as vítimas da polícia eram “bandidos” e que apenas o PCC havia matado inocentes, conforme o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, reafirmou em agosto.



Blitz policial após os primeiros ataques

ESTADO?

6,372 bilhões em 2004. “O investimento não foi apenas ampliado, mas aplicado de forma bastante sensata”, afirma, referindo-se ao investimento em inteligência, por meio de ações como o Infocrim.

Nem todos os especialistas dão o mesmo peso ao Governo estadual na redução da criminalidade. O pesquisador Guaracy Mingardi e o ex-ouvidor de polícia Benedito Mariano, atual secretário de Gestão Estratégica de Osasco, preferem creditar a redução dos homicídios a outras causas: o desarmamento da população, com o endurecimento das leis de porte ilegal e o recolhimento de 150 mil armas em três anos; a queda no consumo de crack; e a entrada dos municípios como novos atores das políticas de segurança pública.

Além de aparelhar as Guardas Civis Municipais, as prefeituras adotaram políticas que tiveram impacto na redução da violência, como o investimento em iluminação pública ou o fechamento de bares em áreas críticas — medida que reduziu em 65% os homicídios em Diadema. A atuação da sociedade civil também pesou na redução da criminalidade. “Só no Jardim Ângela, são pelo menos 40 ONGs que trabalham com a violência”, afirma Mariano.

Mingardi considera que a polícia do período PSDB investiu pouco em inteligência e manteve uma postura conservadora, limitando-se a reagir contra a violência com ações imediatas. “A máquina do Estado é muito lenta para acompanhar o crime”, afirma Mingardi,

citando como exemplo a migração entre crimes, em que ladrões que roubavam carros-fortes passaram a fazer seqüestros e hoje fazem arrastões em condomínios. “A política de segurança precisaria prever e se antecipar a essas migrações”, diz Mingardi. A mesma falta de visão preventiva verifica-se, segundo ele, na política ineficaz de combate ao crime organizado.

Para Mariano, a polícia segue um modelo militarizado, de valorização da ação repressiva em detrimento da prevenção. “É um modelo que se fortaleceu durante a era Vargas e a Ditadura de 64, e que tem suas raízes na polícia do Império”, afirma. Na visão do primeiro ouvidor de São Paulo, a segurança pública paulista está dois séculos atrasada.

Agência Estado



O PCC executou duas novas ondas de ataques concentrados, nas primeiras quinzenas de julho e agosto. No mesmo período, 16 agentes penitenciários foram mortos. De maneira mais ou menos esparsa, contudo, os atentados prosseguiram sem interrupção em várias cidades do Estado.

Agindo como um grupo terrorista, o PCC passou a destruir alvos simbólicos, ligados aos grupos de poder da sociedade: além de delegacias e batalhões, os ataques atingiram bancos, supermercados, ônibus, câmaras municipais, o Ministério Público. Não

demorou para que a violência alcançasse diretamente a mídia, com o seqüestro, em 12 de agosto, do repórter Guilherme Portanova, da Tv Globo — libertado em troca da transmissão, em rede nacional, de um libelo do PCC contra a política carcerária.

Ao longo de todos os ataques, Lembo e outras autoridades tentaram tranquilizar a população repetindo que a situação estava “sob controle”. O Governo acaba de maneira melancólica, com o governador Cláudio Lembo dizendo rezar a Deus para que sua interinidade chegue logo ao fim.